

# ANGOLA: REMEMORANDO AS INDAS E VINDAS

de um Lugar Inesquecível

**MARILDA DOS SANTOS MONTEIRO DAS FLORES\***

## RESUMO

Esse artigo é uma reflexão sobre a rememoração da saída de milhares de portugueses de Angola, na década de 1970, rumo a Portugal, no contexto da guerra colonial e início do processo de descolonização. Para pensar a saída, vale observar o processo que levou milhares de portugueses, em anos anteriores, a escolher Angola, a Pérola do Império, como local de refúgio e mudança de vida. A análise de duas entrevistas, uma realizada por Claudia Castelo e a outra realizada por Celso Castro, permitirá perceber o ambiente de transferência para Angola e os objetivos mais gerais do Estado português ao implementar a migração para o Ultramar. A observação dos depoimentos permitirá pensar o trânsito e o esforço em construir uma memória da migração.

**Palavras-chave:** Angola; Migração; Memória.

## ABSTRACT

This article is a reflection on the remembrance of the departure of thousands of Portuguese from Angola in the 1970s towards Portugal, in the context of the colonial war and the beginning of the process of decolonization. To think about the way out, it is worth observing the process that led thousands of Portuguese, in previous years, to choose Angola, the Pearl of the Empire, as a place of refuge and life change. The analysis of two interviews, one by Claudia Castelo and the other by Celso Castro, will make it possible to perceive the transfer environment to Angola and the more general objectives of the Portuguese State when implementing the migration to the Overseas. The observation of the testimonies will allow us to think about the traffic and the effort to build a memory of the migration.

**Keywords:** Angola; Migration; Memory.

\*Doutoranda em História Social, pelo PPGHS da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.  
E-mail: marildasmflores@gmail.com

## Migração: trabalho e família

O Estado português manteve um controle ordenado sobre a partida de seus cidadãos para as terras que ocupavam em África. Até 1907 era necessário que o viajante apresentasse passaporte para viajar a esses territórios. Em geral as viagens eram feitas por vias marítimas, a serviço do Estado e a ideia de povoamento dos territórios em África era pauta comum no governo. Desde os finais do século XIX até os primeiros anos do salazarismo<sup>1</sup> havia um olhar atento à emigração. Muitos partiram para o Brasil, e esse trânsito acabava por gerar divisas fundamentais à economia, pois enviavam às suas famílias recursos financeiros para auxiliar no sustento. Mas essa prática, mesmo que abrandasse a questão não, não era interessante ao governo, pois impulsionava crescimento em outro local e não dentro do território português<sup>2</sup>.

A emigração precisava ser reorganizada de tal forma que resolvesse o problema do excesso populacional, e ao mesmo tempo enviasse para a África, e não para outras nações, uma mão de obra especializada, o que legitimaria a administração portuguesa. O envio de portugueses para a África sempre foi uma questão sensível para o Estado e a ideia do povoamento africano, com os naturais da metrópole, poderia tanto assegurar a ocupação mais efetiva do território quanto amenizar a questão econômica, pois a circulação de dinheiro ou aquecimento da economia ocorreria dentro da mesma administração<sup>3</sup>.

O trânsito de pessoas começou a crescer com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento econômico de Angola (e de Moçambique), tornaram-se um atrativo importante à parcela da população que estava ávida por novas oportunidades dentro de um cenário que amargava as consequências da guerra<sup>4</sup>. Angola passou a ser um local de novas perspectivas e o governo português tomou medidas para investir numa ocupação mais efetiva do território, pois o projeto de colonização fora impulsionado desde os anos finais do século XIX e primeiros anos da República, quando Portugal declarava a sua missão civilizadora através do povoamento branco.

A ocupação do território, não seria em cumprimento de missões militares ou de exploração dos recursos minerais somente, mas uma ocupação organizada de tal forma que o novo colono pudesse reproduzir em Angola, o mesmo ambiente da metrópole. Esse era um projeto anterior à República, pois desde a independência do Brasil, Portugal voltou a atenção para as colônias em África e diversos projetos foram discutidos para que os territórios em África, especialmente Angola e Moçambique, ocupassem um lugar destacado no Império Português. Espaços como Benguela, Malange e Huila foram escolhidos por conta das características do solo, clima, entre outros fatores, como favoráveis ao povoamento branco<sup>5</sup>.

1 O professor Antônio de Oliveira Salazar foi convidado, em 1928, para o Ministério das Finanças, e posteriormente, em 1932, foi nomeado para o cargo de presidente do Conselho de Ministros. A nova Constituição em 1933, legitimou o regime autoritário do Estado Novo, que foi comandado por Salazar até 1968.

2 A maioria que chegava ao Brasil era de homens jovens, sem as suas famílias. O trabalho que desenvolviam em solo brasileiro permitia que fosse enviado às suas famílias, em Portugal, dinheiro para ajudar no sustento de muitos parentes.

3 CASTELO, Cláudia. "Migração ultramarina: contradições e constrangimentos", *Revista Ler História*, Lisboa, n° 56, 2009, p.69-82.

4 Portugal passou por graves dificuldades econômicas no período que abalaram a política do país. A Guerra Civil espanhola (1936-1939), a guerra envolvendo quase todo o continente, precipitou uma escassez de alimentos e como consequência, a subida de inflação levando o governo a racionar alimentos e a controlar os preços. Mesmo que mantivesse uma postura de neutralidade no continente, o governo dependia de acordos por conta das posições estratégicas dos Açores e de Moçambique, reivindicados pelos ingleses para ocupar pontos estratégicos e dependia da Espanha para manter as suas fronteiras afastadas dos ataques dos alemães. Com o fim da guerra o sentimento de revolta aos regimes totalitários canalizara as articulações políticas para manifestações de defesa da democracia.

5 Entre 1849-1850, foi fundada em Angola, Moçâmedes, uma colônia de brancos, com emigrantes portugueses

---

A colonização portuguesa em nada diferenciava dos demais países colonizadores, mas o discurso justificava a permanência em solo africano, pois acentuava a peculiaridade da ocupação lusa apresentando às nações uma explicação científica para buscar uma aprovação para a presença em África. Mas a prática, “como qualquer outra, assentou em formas mais ou menos explícitas de racismo, gerou conflitos e promoveu a discriminação<sup>6</sup>.”

Nesse ambiente, o lusotropicalismo passou a ser defendido e difundido pelo Estado especialmente por conta do contexto mundial do final da Segunda Guerra e por causa das pressões impostas pela Carta às Nações Unidas de 1945, que defendia a liberdade dos povos. Essa era uma questão nevrálgica, pois a *autodeterminação* dos territórios coloniais foi um incentivo para a mudança da legislação que tratava dos temas ligados ao Ultramar<sup>7</sup>.

Entre algumas ações para obscurecer a distância social entre Portugal e as colônias, por conta das pressões internacionais pela descolonização, podemos citar a revisão Constitucional de 1951. Nela a expressão “Território ultramarino” substituiu os nomes dos territórios que Portugal ocupava em outros continentes. Essa estratégia dava uma resposta à opinião internacional e permitia a exploração mais acentuada em solo africano, pois a partir daquela mudança na Constituição, os territórios não seriam mais chamados de *colônias*, mas Províncias Ultramarinas e a questão da *autodeterminação dos povos*, passava a não ser mais um problema em solo português<sup>8</sup>.

Esse embate entre Portugal e as outras nações acabou por ser um entrave na aceitação de Portugal como membro da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>9</sup>. Para Portugal o discurso girava em torno de um esforço para manter o país unido, à medida em que o lusotropicalismo, defendido com base nas teorias de Gilberto Freyre, fazia a defesa da suposta vocação lusa de unir todos os que estavam sob seu comando. A ideia era difundir a habilidade de unir os povos e formar uma sociedade multirracal para combater as ideias de que mantinham colônias. As ações valorizavam o pensamento de que o povo português possuía uma missão para levar cultura aos povos colonizados, mas ocultavam as intenções de exploração dos recursos naturais e reafirmavam, diante das outras nações, a soberania portuguesa nos territórios africanos ocupados.

Com as bases lançadas em *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940), o lusotropicalismo destacou a importância da cultura portuguesa na formação da sociedade brasileira e ganhou força nas décadas seguintes, durante o período em que o autor realizou uma série de palestras em territórios de ocupação portuguesa. Seu discurso defendia a importância do estilo português, destacando a mestiçagem como elemento firmador e formador da base multicultural.

---

oriundos de Pernambuco, no Brasil e a de Lubango, entre 1884-1885, com colonos da Ilha da Madeira. Ver mais em CASTELO, Cláudia. *Passagens para a África: O povoamento de Angola e Moçambique com os naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007; CASTELO, Cláudia. *Passagens para a África: O povoamento de Angola e Moçambique com os naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, Capítulo 1.

6 CASTELO, Cláudia. “O luso-tropicalismo e o colonialismo português”, *Revista Bualá*, 05 de março de 2013 – Disponível em <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio->. Acesso em janeiro de 2014.

7 Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais [...]; 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal. CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS 1945. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm). Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

8 Diário do Governo, 11 de junho de 1951, nº 117.

9 CASTELO, Cláudia. “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”, *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.391-408.

Se, a princípio, essas ideias não foram aceitas pelo Estado português na década de 1950, por causa das pressões internacionais, passaram a ser apresentadas como um discurso científico para dar autoridade às ações lusas nas colônias. Cláudia Castelo, comentando as ideias de Freyre, destacou que o autor defendia a ideia a capacidade dos portugueses de se unirem aos trópicos e que essa ligação estava baseada no amor que sentiam pelos povos e não em interesses advindos das explorações de mão de obra, minérios, entre outros produtos. Para Freyre essa ligação entre os portugueses e os povos colonizados acabava por formar sociedades “multirraciais marcadas pela mestiçagem e pela interpenetração das culturas. Essa predisposição resultava do seu passado étnico e cultural, indefinido desde sempre entre a Europa e a África, e sujeito um longo contacto com os árabes<sup>10</sup>.”

Os países europeus recém-saídos da guerra experimentaram as ações de movimentos anticolonialistas nos territórios que ocupavam fora do continente. Essas ações, muitas vezes eram incentivadas pelas ações dos estadunidenses, que faziam um discurso de condenação ao colonialismo e pelos russos, que defendiam ações contra o imperialismo das nações europeias. O embate entre essas duas nações impulsionou os movimentos nacionalistas africanos que cada vez mais se organizavam para a conquista da independência e pela desocupação de seus territórios. Com o crescimento desses movimentos nacionalistas em outras partes do continente, Portugal passou a incentivar a ida de novos colonos reafirmando o caráter diferenciado da colonização portuguesa<sup>11</sup>.

A partir da década de 1960, muito por conta do esforço para implementar uma ocupação duradoura e não mais rotativa, como a de funcionários estatais que prestavam serviços, o governo passou a estimular a migração familiar para os territórios em África e a diminuir a exigência de uma mão de obra mais qualificada e de uma escolarização diferenciada como requisito básico de mudança. Além disso, a propaganda do governo defendia uma teoria de que Portugal possuía um vasto território e que era “uno e indivisível do Minho a Timor”. Essa ideia era fundamental para aqueles que desejavam fugir da pobreza e começar a vida em outro espaço. Com isso, o governo reorientava a saída de portugueses, que com o início das Guerras Coloniais, buscavam outros destinos, como a França e a Alemanha.

A estratégia era evitar a emigração e estimular a migração, pois além de ocupar com mais intensidade os espaços, os recursos transitariam controlados pelo Estado, mesmo que em espaços geograficamente diferentes, mas dentro do mesmo domínio político. Isso soava como uma resposta às nações que pleiteavam a autonomia dos territórios. As despesas, antes custeadas pelo Estado, passaram a ser financiadas com recursos próprios. Para Angola, a maioria dos que chegaram financiaram os custos da viagem, ou seja, uma migração espontânea, que mais tarde acabou por justificar o sentimento de pertencimento à terra angolana.

O crescimento econômico levou à Angola alguns profissionais que viajavam sem as suas famílias, para cumprir alguns serviços propostos pelo Estado, como abertura de estradas, construção de pontes ou a serviço de alguma empresa. Essas, exploravam os recursos naturais ou ocupavam grandes espaços para desenvolvimento da exploração agrária. A farta oferta de trabalho atraía outro grupo de trabalhadores, que com uma menor qualificação profissional, vislumbravam na ida à Angola a possibilidade de mudança de vida. Atrair os emigrantes que estavam transitando pela Europa para os territórios ultramarinos cumpria, ao mesmo tempo, a função de controle dos territórios pela ocupação

10 CASTELO, Cláudia. *Passagens para a África: O povoamento de Angola e Moçambique com os naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p.108.

11 Alguns exemplos: a Líbia, norte da África conquistou a sua independência em 1951; o Marrocos e a Tunísia em 1956; a Guiné-Conacri em 1958 e Camarões, Togo, Senegal em 1960, entre outros.

---

mais efetiva com diversas classes sociais e dava às Nações Unidas a resposta de que Portugal não possuía colônias, logo, não havia motivo para a campanha pela independência.

Nesse ambiente muitas famílias rumaram para Angola (e para Moçambique) atraídas pela farta oferta de emprego ou cumprindo uma missão a serviço do Estado. Aqueles que partiam para Angola sabiam que encontrariam um ambiente social em que estariam em constante situação de superioridade diante da população local. Isso garantia ao novo colono alguns privilégios e poder político local, mesmo que simbolicamente. Cláudia Castelo destacou:

As oportunidades acrescidas de promoção social, a abundância de mão-de-obra barata e subjugada, a certeza de um estatuto inquestionável perante o conjunto da população africana – largamente maioritária – terão influenciado na decisão de migrar. [...] A partir dos anos 50, o acelerado crescimento das economias angolana e moçambicana, tornaram a migração ultramarina apetecível aos olhos de um número crescente de portugueses<sup>12</sup>.

A Angola descontraída representava a possibilidade de liberdade sem o controle exacerbado do Estado Salazarista, além da experiência de estar em um dos locais mais prósperos e livres do Império<sup>13</sup>. Estar na colônia significava usufruir de uma prerrogativa fundamental: ser branco. Isso era símbolo de civilização e hierarquia social, independente da condição social alcançada na colônia. Aos brancos era garantido um estágio mais alto na pirâmide social, pois a base estava reservada a africanos.

Mesmo que a propaganda do Estado Novo tentasse ofuscar o ambiente tenso e que investisse em ocupação do território, a década de 1960 foi ímpar para a permanência dos colonos. Em 1961, na contramão da publicidade metropolitana, explodiram movimentos anticolonialistas que manifestaram toda a tensão acumulada ao longo de centenas de anos de exploração. Algumas ações como a revolta camponesa, contra a opressão imposta pela Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG), ocorrida na Baixa de Cassange<sup>14</sup>, em janeiro de 1961, conhecida como a Revolta da Cassange, mostraram ao mundo a fragilidade da administração colonial<sup>15</sup>.

As agitações na Baixa de Cassange não tiveram início em 1961. Muitos anos antes, os problemas por conta do estilo português de administrar já afetavam o norte de Angola<sup>16</sup>. Mesmo com a reforma do Ato Colonial em 1951 e com a mudança na identificação para Províncias Ultramarinas, os problemas advindos da exploração do trabalho no plantio e na

---

12 CASTELO, Cláudia. “Migração ultramarina: contradições e constrangimentos”, *Revista Ler História*, Lisboa, nº 56, 2009, p.80.

13 Angola era o local onde se podia sorrir alto, andar livremente pelas ruas e a ida para a “província” era um atrativo importante, pois além do regime ditatorial, sem liberdade de imprensa a sociedade experimentava a escassez de alimentos, a inflação e o autoritarismo exacerbado impedia a liberdade de pensamento e de ações.

14 FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Portugal, nº 18, 1995, p.245-283.

15 A empresa, fundada em 1926 era uma empresa de capital belga e português. A partir de 1947, conseguiu do governo português a autorização para implementar o trabalho forçado como uma obrigação dos habitantes nativos do território. A cultura do algodão não era mais uma opção, mas uma obrigação para a população e com uma legislação favorável à empresa.

16 Sobre as revoltas ou tensões na região de Cassange, a sua origem pode ser percebida desde a chegada dos portugueses quando os povos que habitavam aquela região resistiram à administração lusa. Essas ações, chamadas de pacificações, aparentemente, foram concluídas em 1911. Mas, as características de resistência foram sentidas em outros momentos, pois a divisão dos povos, pelas fronteiras – Angola e Congo – não levou em consideração a unidade étnica. Após a independência do Congo, parte de um povo, os Maholos, ficou independente, a outra não. Além do mais, o fato de subjugar através do trabalho forçado na agricultura, não foi suficiente para apagar o sentimento de resistência. O Brigadeiro Fernando Pinto de Resende, que comandou a 2ª Região Aérea nos ataques portugueses em 1961, declarou que os habitantes da Baixa da Cassange “se revelaram elementos dificilmente domináveis e extremamente perigosos. Fizeram deles agricultores de algodão, claro que à força, e agora estamos nós a deitar-lhes bombas em cima”. Citado por CANN, John P. “Baixa do Cassange: O Catalisador que levou à correção de um erro”, *Revista Militar*, n.º 1, janeiro 2011, pág. 33.

produção de algodão demonstravam que a realidade era bem diferente daquela apresentada às nações. A cultura obrigatória do algodão, na Baixa de Cassange, subjugava os camponeses, que eram obrigados ao trabalho nas terras da Cotonang. Com a independência do Congo, a insatisfação dos camponeses por conta das condições de trabalho acabou levando a uma revolta, que foi considerada, como um marco inicial nas lutas pela independência de Angola<sup>17</sup>.

A revolta foi deflagrada quando trabalhadores das plantações de algodão se insurgiram contra as péssimas condições de trabalho, de vida e pelo controle opressor da empresa algodoeira. A população, forçada a trabalhar no cultivo de algodão e sem permissão para o cultivo de outros gêneros alimentícios, era obrigada a vender toda a colheita por um preço fixado pelo governo. Esse preço só favorecia a empresa, pois era muito abaixo do preço do mercado internacional. A empresa ditava as ordens e organizava as atividades da população de acordo com os seus interesses. A “a leste de Malange havia uma verdadeira ‘cotonocracia’ que atribuía ao africano o papel de ser apenas um abastecedor da companhia<sup>18</sup>”. Eram da empresa todos os direitos, desde a produção até a comercialização do algodão, e a revolta dos camponeses contra as condições de trabalho forçado a que eram sujeitos colocou Portugal em estado de alerta e empenhado em ocultar o evento.

Dias depois, em 04 de fevereiro, as prisões em Luanda foram invadidas com o objetivo de libertar alguns homens que foram presos por estarem envolvidos da distribuição de panfletos que denunciavam a administração colonial e buscavam apoio para a causa anticolonialista. O episódio ficou conhecido como uma ação contra “O Processo dos 50” e fez referência à prisão e julgamento do grupo nacionalista que organizava ações na clandestinidade contra o domínio português com o objetivo de conquistar a independência de Angola<sup>19</sup>. Essas ações foram reivindicadas pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O clima tenso cresceu quando em 15 de março, desse mesmo ano, uma nova ação de cunho nacionalista ocorreu na região de fronteira, no norte de Angola, liderada pela União dos Povos de Angola (UPA).

Nesse dia, algumas fazendas e casas comerciais de colonos, ao norte de Angola foram atacadas resultando no assassinato de colonos brancos e negros aumentando o número de ações contra a presença portuguesa. Grupos vindos do antigo Congo Belga para trabalharem nas fazendas de café iniciaram uma ação contra o domínio português. O ataque não foi direcionado somente aos colonos brancos, mas a todos que de alguma maneira representavam a presença portuguesa em Angola. Tanto o branco, que era o patrão, o invasor, quanto o mestiço, fruto da mistura com o opressor, mais grupos étnicos que aparentemente aceitavam a dominação portuguesa foram alvos da ação<sup>20</sup>. Aos gritos de “Mata, mata! UPA! UPA!” o grupo liderado pela UPA iniciou ataques que acabaram uma reação do governo da metrópole que, mais uma vez, enviou tropas com a justificativa de combater os ataques.

As ações, que segundo Portugal possuíam orientação comunista, não ficaram restritas aos acontecimentos do início de janeiro na Baixa da Cassange contra a empresa Cotonang, nem aos acontecimentos do mês de fevereiro com a invasão das prisões em Luanda, quando um grupo tentou libertar companheiros envolvidos na luta pela independência,

17 Sobre a Revolta da Baixa de Cassange ver mais em: FREUDENTHAL, *op.cit.*, p.245-283.

18 *Idem*, p.252. Aída Freudenthal citou um estudo realizado por PÉLISSIER, R. *La colonie du Minotaure*. Orvegal: Péliissier, 1978, p.399.

19 Os presos foram levados pela PIDE às cadeias e submetidos à tortura física e psicológica, para que denunciassem os companheiros ou os outros grupos nacionalistas a que pertenciam ou que soubessem da existência. Mas as prisões, além de aumentar o foco sobre Angola, acabaram gerando um sentimento de revanchismo contra o colonizador. Ver mais em BITTENCOURT, M. “*Estamos juntos*”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). *Confronto no campo do nacionalismo angolano*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p.52.

20 BITTENCOURT, *op.cit.*

---

ou ainda aos ataques às fazendas ao norte de Angola. Essas ações foram vetores decisivos para o início da guerra colonial que levou milhares de jovens militares à Angola.

Portugal procurava evitar as aglomerações para impedir que fosse articulado ações contra a sua permanência em solo africano. Para tanto, contava com a temida Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que era a responsável por manter em ordem todos os espaços, controlar a população e evitar as manifestações anticoloniais.

Mesmo com todo o controle da PIDE as ações contra a ocupação portuguesa começaram lentamente e segundo Marcelo Bittencourt, se fortaleceram por conta dos “vínculos de solidariedade”, formados no seio da família, nas reuniões para cultos religiosos, nas atividades em clubes, locais em que podiam ser planejadas algumas ações sem despertar a atenção das lideranças portuguesas<sup>21</sup>.

Enquanto em Angola as movimentações anticolonialistas, tornavam a situação mais tensa, Portugal enfrentava dificuldades para conseguir apoio à sua política colonialista. As pressões da ONU indicavam a autonomia para Angola e estava cada vez mais difícil sustentar o discurso de uma nação que não possuía colônias, mas territórios ultramarinos. Assim, os acontecimentos de janeiro, fevereiro e março de 1961 marcaram o início de uma guerra, que durou treze anos, e que resultou na independência de Angola<sup>22</sup>.

O incentivo a uma ocupação maciça nas décadas de 1950 e de 1960 levou milhares de portugueses a migrarem para Angola, mas a Guerra Colonial, a Independência, as disputas entre os movimentos de libertação e a falta de espaço na política local, acabaram por influenciar na decisão de regressar à metrópole. Antes disso, a política colonialista abalava a economia portuguesa que mantinha em solo africano cerca de cento e cinquenta mil soldados<sup>23</sup>. Mesmo mantendo o país debaixo de um rígido controle social, censurando livros, músicas, impedindo a livre manifestação, as insatisfações entre os militares acabaram gerando o movimento que derrubou o regime ditatorial português<sup>24</sup>.

Portugal, politicamente dividido e enfraquecido viu crescer uma forte oposição ao herdeiro de Antônio Salazar, Marcelo Caetano, que assumiu a liderança do país após 1968 e permaneceu até 1974. A Revolução que derrubou o Estado Novo, em abril de 1974 foi o ápice que precipitou o processo de independência das colônias em África. A guerra colonial iniciada em Angola em 1961, na Guiné-Bissau em 1963 e em Moçambique em 1964, enfraqueceu o governo de Marcelo Caetano.

A crítica ao regime ditatorial era percebida em muitas esferas da sociedade, inclusive entre os militares. Muitos deles haviam participado da Guerra Colonial. O descontentamento pelo regime foi expresso no documento publicado pelo Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas<sup>25</sup>. No documento, informavam os motivos e as intenções do grupo que derrubou o governo em Portugal alegando, também, que a guerra havia desgastado o povo português. Declaravam que:

---

21 *Ibidem*, p.70.

22 A revolta da Baixa de Cassange, não tem uma data definida. Ela ocorreu, provavelmente entre finais de dezembro e início de janeiro de 1961.

23 STEWART, Lloyd-Jones. “Portugal’s history since 1974”, *CPHRC Working Papers*, Lisboa, Series 2, nº 1, 2001, p.1-16.

24 O *Movimento dos Capitães no Monte Sobral*, fundado em setembro de 1973, deu origem ao *Movimento das Forças Armadas (MFA)*, responsável por liderar a Revolução que mudou os rumos da política colonialista portuguesa.

25 Centro de Documentação do 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>. Acesso em 28 de dezembro de 2014.

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos; Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português; [...]<sup>26</sup>.

Com a mudança na estrutura política em Portugal o grupo que derrubou a ditadura apresentou o *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas*. Nele continham as decisões que reorientariam as negociações com o Ultramar e que afetariam diretamente as Províncias de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, e contribuiriam para a efetivação das respectivas independências<sup>27</sup>.

Pelo documento, o Movimento apresentou detalhes que influíram nos acontecimentos seguintes. Entre eles:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz<sup>28</sup>.

Após a queda do Estado Novo com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 e início das negociações pela independência, houve um aumento no quantitativo da saída dos portugueses do território angolano. Aqueles que eram identificadas pelos nacionalistas africanos como representantes do sistema colonial – brancos, na maioria, e mestiços – aterrorizados com o início das disputas entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), acabaram por implementar uma fuga em massa a partir de Luanda. Os movimentos nacionalistas foram considerados, pelo Acordo do Alvor<sup>29</sup>, como os legítimos representantes da sociedade angolana afastando a possibilidade de participação dos colonos na organização do novo governo.

O acordo entre Portugal e Angola legitimou os três movimentos como administradores do novo país e marcou a data da independência para o dia 11 de novembro de 1975<sup>30</sup>. Aqueles que estavam em Angola, após a independência, presenciaram a disputa entre os movimentos

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> Guiné-Bissau declarou-se independente em 24 de setembro de 1973, mas foi reconhecida oficialmente em 10 de setembro de 1974; Moçambique, 25 de junho de 1975; Cabo Verde, 05 de julho de 1975; São Tomé e Príncipe, 12 de julho de 1975, Angola, 11 de novembro de 1975.

<sup>28</sup> *Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas* – Centro de Documentação do 25 de Abril. Universidade de Coimbra. Item B. Medidas a curto prazo. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>. Acesso em 12 de outubro de 2015.

<sup>29</sup> Acordo do Alvor, foi um documento assinado entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola. Nele foi firmado os limites para a administração de Angola. Nas primeiras linhas do documento já apresentam a intenção lusa. “O Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A. e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. I. T. A., reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de janeiro de 1975 para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência”. Além do calendário o acordo reconheceu os movimentos de libertação “como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.” Universidade de Coimbra, Centro de Documentação do 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>. Acesso em outubro de 2016.

<sup>30</sup> O documento assinado entre Portugal e os movimentos de libertação em 15 de janeiro de 1975, ajustaram o processo e o calendário que levaria à independência de Angola.

---

---

que, anteriormente lutaram pela libertação<sup>31</sup>. Foi o início da guerra civil. Pressionados pelo início da guerra a população branca, na maioria dos casos, começou a exigir de Portugal uma solução que desse conta do novo contexto que estavam vivendo: não eram mais os senhores da terra. Os constantes conflitos entre os movimentos nacionalistas atrelado a instabilidade social e econômica que estavam se desenhando contribuíram para a saída de milhares de colonos do solo angolano. Alguns seguiram para países próximos outros foram para Lisboa, por conta dos vínculos que possuíam com Portugal, principalmente os familiares. A intenção era posteriormente retornar à Angola e recuperar, muitos deles, os bens materiais que estavam deixando.

Aqueles que chegaram a Portugal, vindo de Angola num contexto de guerra civil, experimentaram as ações de um Estado que alimentou a sensação de liberdade nas terras do Ultramar Português, contrastando com os hábitos controlados na metrópole. Ao mesmo tempo, viram despençar o padrão social experimentado com a ida para a África. A saída de Angola e a consequente chegada ao solo luso foi um movimento de intensa negação da realidade, pois a decisão de voltar foi impulsionada pelo ambiente hostil de que eram foco em Angola. Saíram apressadamente, pois o país não oferecia mais o ambiente social e econômico que desfrutaram durante muito tempo e, Portugal se apresentava como a oportunidade de um novo recomeço.

Com o fim da Guerra Civil em Angola, a partir de 2002, quando foi assinado o Acordo de Luanda<sup>32</sup> entre o governo (MPLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), o país está experimentando, depois de quase trinta anos de guerra, um crescimento econômico alimentado, principalmente, pelo setor petrolífero. Angola tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, com grandes investimentos da construção civil e Luanda, a capital, assiste o crescimento econômico nacional, contrastando com a miséria dos musseques<sup>33</sup>. Esse crescimento econômico galopante tem atraído a atenção de muitos dos antigos moradores de Luanda. Se no início da guerra saíram apressadamente, com o fim da guerra, a oportunidade de regressar, reaver os bens deixados para trás e vislumbrar o tempo de outrora passou a fazer parte de um discurso sobre a memória colonial.

As lembranças da juventude são exaltadas e as sensações de liberdade, amizade, prosperidade econômica são rememoradas fazendo parte de uma celebração da memória que estão construindo sobre uma Angola que não existe mais e que permanece em suas lembranças, a Angola colonial.

## A chegada à metrópole

Retornando aos primeiros anos da colonização, vale destacar que a motivação da população branca girava em torno da consagração da hierarquia e domínio atribuído e distribuído aos colonos pelo poder central. Muitos dos que chegaram em Angola a partir dos anos de 1940, para uma migração efetiva, fincaram suas raízes ao constituírem as suas famílias e ao perceberem no ambiente econômico a possibilidade de sucesso. Aos poucos foram organizando cidades que eram o berço de uma elite colonial formada

---

31 Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), entre outros grupos.

32 O Memorando de Entendimento Complementar foi assinado em 04 de abril de 2002, em Luanda pelo representante das Forças Armadas Angolanas, pelo representante das Forças Militares da UNITA, tendo como testemunha da ONU, o subsecretário geral e conselheiro especial para África, e pelos países observadores do processo de paz os embaixadores dos Estados Unidos, da Rússia e de Portugal.

33 Do quimbundo **mu seke**, "local arenoso", os musseques são bairros com construções precárias, nas periferias das cidades. Geralmente os seus moradores são pessoas menos favorecidas economicamente.

por funcionários públicos, comerciantes e pequenos industriais que defendiam a ideia de que “os colonos eram os principais construtores da colônia e os *verdadeiros homens de Angola* e, por isso, os únicos que tinham o direito a governar Angola<sup>34</sup>.”

Com o início das lutas pela independência os colonos, experimentaram a falta de espaço político e viram o declínio social por conta da disputa de poder entre os movimentos de libertação. A opção de permanecer em Angola foi, aos poucos, se distanciando e começaram a sair buscando abrigo em países próximos, geograficamente. Outros rumaram para Portugal, local de origem familiar e antiga metrópole. Mas vale destacar que a maioria daqueles que saíram de Luanda chegaram a Angola nas décadas de 1950 e 1960, quando o Estado português investiu no aumento do número de colonos. Portanto, Portugal não era uma terra tão avessa no regresso como declaram em seus discursos.

Aqueles que escolheram seguir para Portugal foram recebidos por suas famílias, a princípio, ou foram abrigados em hotéis locados pelo governo. A opção de Portugal em receber e misturar os que chegam de Angola com a população local acabou por permitir uma integração mais efetiva, mesmo que forçada, dos novos moradores. Outros que não possuíam vínculos familiares receberam apoio do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN), que como o próprio nome destacou, fora organizado para receber os cidadãos portugueses que estavam no Ultramar.

A saída dos antigos colonos de Angola ou de outros países que fizeram parte do Império Português ainda tem sido um problema na sociedade portuguesa. Logo no início do século XXI, especialmente nas lembranças sobre a chegada a Portugal, algumas dezenas de obras sobre o evento ganharam espaços na mídia local. Tanto nas produções literárias quanto nos filmes o evento ganhou contornos de uma celebração da tragédia para fugir do esquecimento. Se, na década de 1980, a saída de Angola parecia um problema resolvido, nos primeiros anos do século XXI, lembrar é estratégico para reconstruir uma identidade que, aparentemente, estava adormecida. Portanto, além das representações literárias e fílmicas, os depoimentos são também lugares de memória que, de alguma maneira, guardam a Angola projetada em suas lembranças<sup>35</sup>.

Os depoimentos são espaços de lembrança do vivido e possuem elementos que indicam ao leitor uma certa autoridade nas declarações, pois aquele que está organizando a narrativa se apresenta como alguém que presenciou um acontecimento ou algum tema que possa estar em questão. Mesmo que sejam construções de memória e permeadas de parcialidade, as pausas, os ditos e os não ditos poderão fornecer elementos importantes ao pesquisador que analisará, posteriormente as declarações. Portanto, perceber detalhes nas respostas, observar os argumentos que são usados para defesa de um posicionamento ou refletir sobre as emoções conscientemente refletidas nas palavras e gestos são instrumentos que permitirão ponderar sobre as intenções da memória. Os depoimentos representam lugares de memória, pois contribuem para construção da narrativa sobre um momento e possibilita perceber, na seleção dos relatos, os sentidos, os conflitos e como a valorização da experiência de vida permitirá interpretar o passado.

O exercício de coletar depoimentos, pratica o que Andreas Huyssen chamou de “memórias recuperadas”<sup>36</sup>. Vale destacar que tanto a entrevista realizada por Cláudia Castelo,

34 PIMENTA, Fernando Tavares, “Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola”, *Revista Estudos do Século XX*, nº 8, Coimbra, Portugal, 2008, p.295.

35 NORA, Pierre, “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993, p. 10.

36 HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p.14. O autor usou esse termo, entre outros, para abordar o lado traumático da cultura da memória e o apresenta como uma ação controversa.

---

---

quanto a realizada por Celso Castro, as motivações são diferenciadas por conta das trajetórias de cada indivíduo. O engenheiro Luís Crespo pertenceu a um grupo que foi para Angola já adulto, no momento em que o Estado Novo estava enviando profissionais qualificados para investir no crescimento econômico de Angola. A outra entrevista apresenta o depoimento de Rui Pena, que foi para Angola aos três anos, na infância, acompanhando os pais. Para um foi o local de trabalho e crescimento profissional. Para o outro o local da infância, da juventude, da formação inicial. Logo, as lembranças sobre Angola possuem perspectivas, sentimentos e motivações diferenciadas.

### Rememorando Angola pelo trabalho

Cláudia Castelo entrevistou em 2009, o engenheiro Luís Crespo de Carvalho<sup>37</sup>, que foi à Angola na década de 1950 a serviço da Brigada dos Estudos Oceanográficos na Baía dos Tigres, para realizar estudos prévios para a construção de um porto que daria apoio à estrada de ferro que ligaria Angola à Rodésia (atual Zimbábue). Ele viajou sozinho, sem família, e permaneceu até 1957, quando não pode mais continuar na empresa devido as péssimas condições de trabalho e questões administrativas. Mas não voltou imediatamente para Lisboa, antes, foi realizar um serviço de topografia na região da Companhia Angolana de Agricultura (CADA), uma exportadora de café que, segundo declarou, possuía uma estrutura muito organizada para seus funcionários, com casas, hospital, clubes e comércio. Esse tipo de investimento na economia foi responsável por atrair a migração de muitos profissionais qualificados para Angola.

Assim como o engenheiro Luís Crespo, outras centenas de profissionais migraram para Angola atraídos pelo vasto campo de trabalho, maiores salários e, pelas condições sociais que os diferenciava do restante da população nativa. Em 1965, em plena guerra colonial, o engenheiro, por conta de outra proposta de trabalho, retornou à Angola, mas agora com toda a família. Pai de sete filhos, contou na entrevista que o terceiro nascera em Nova Lisboa (atual Huambo) e que por conta disso é o “preto” da família. Ele disse: “O terceiro é o ‘nosso’ preto, [...]. Portanto fomos viver outra vez para Angola, gostámos muito, já gostávamos. Angola é aliciante, África é aliciante, deixei lá muitos e bons amigos<sup>38</sup>.”

Entre as lembranças de construções de estradas, de pontes e o serviço diferenciado de Geodésia que era realizado em Angola, o engenheiro, ao recordar o dia a dia de trabalho no deserto da Namíbia, apresentou uma noção de pertencimento, comum em alguns depoimentos, em relação ao território angolano. Quando falou do trabalho que ele e a sua equipe desenvolviam no deserto, numa pausa o chamou de “nosso deserto” e, ainda, destacou a mudança do nome informando que o chamavam de Moçâmedes e que agora “Chamam-lhe Namibe<sup>39</sup>”. Os outros mudaram o nome da cidade, do deserto... O ausente ainda *incomoda* ao relembrar que ocupou e transformou um espaço que declarava pertencer à coletividade que representava.

Quando indagado por Claudia Castelo sobre o impacto do “25 de Abril” nas pesquisas o engenheiro enfatizou que fora negativo, mas referiu-se a Angola como “uma segunda pátria” afirmando que o tempo em que esteve por lá integrou-se, de tal forma aos problemas angolanos que seria, como declarou, “capaz de adquirir uma dupla nacionalidade. Não há, não houve possibilidade<sup>40</sup>”.

---

37 CARVALHO, L.C. [Depoimento2009]. Lisboa. Portugal. //CT. Entrevista concedida a Cláudia Castelo.

38 *Ibidem*, p.51.

39 Uma referência a mudança de nome do deserto após a independência. *Ibidem*, p.23.

40 *Ibidem*, p.31.

Na entrevista a população nativa é ausente. Quando se refere a algum problema, como nos parágrafos anteriores, é para acrescentar uma ideia de desagravo à Angola atual. Mistura presente e passado e quando nomeia algum espaço, o nome utilizado é o do passado colonial. São trinta e seis páginas de transcrição e há somente quatro referências ao convívio com a população nativa. Antes, porém, fez uma menção a Amílcar Cabral<sup>41</sup>, que havia trabalhado com ele em um projeto de engenharia na fazenda Boa Entrada. Segundo o engenheiro o “rapaz africano”, foi muito bem tratado e “muito acarinhado” destacando a surpresa que sentiu ao saber que ele era um dos líderes dos movimentos pela independência.

O primeiro momento em que aparece uma referência ao relacionamento dos colonos com os nativos o engenheiro destacou o caráter diferenciado da colonização portuguesa contrastando-a com a inglesa, na África do Sul. Citou Gilberto Freyre e fez uma defesa do lusotropicalismo, que como dito anteriormente, era um conceito que defendia habilidade lusa de unir os povos sob seu comando formando uma sociedade multirracial. Essa ideia era importante para, combater o conceito de colonização. O lusotropicalismo apareceu como um elemento de socialização entre a população do Ultramar apontando a diferença entre a colonização portuguesa em Angola e a inglesa na África do Sul.

Eu andei por lá, por exemplo, na África do Sul, no Malawi, o preto estava para ali separadinho do branco. Nós não, nós convivíamos, misturávamos-nos, não havia isso, havia muito mais humanidade, humanismo mesmo. Nós podíamos copiar da África do Sul a tecnologia, mas não o espírito, o espírito eram eles que deviam copiar de nós...<sup>42</sup>

O “espírito apartheid” era sentido não só na África do Sul, mas também, segundo o entrevistado, em Moçambique. Ele narrou um episódio acontecido em uma viagem que fez de Lourenço Marques (atual Maputo) rumo a Lisboa em 1959. Contou que, durante a viagem, entraram muitos passageiros, inclusive “alguns rapazes pretos que vinham numa classe cá para baixo, mas eram autorizados a ir para a 1ª classe, para animarem o ambiente”. No depoimento informou que enquanto os rapazes se misturavam ao grupo, um casal de portugueses, foi até o comandante reclamar da presença deles entre os passageiros da primeira classe. Disseram: “que era para ficar na África do Sul fez uma exigência: não queremos este convívio com estes africanos”. O comandante foi enérgico e não permitiu que os rapazes fossem expulsos da primeira classe. Cláudia Castelo, quis saber se essas atitudes eram exceções e o engenheiro informou que eram exceções, mas que aconteciam mais em Moçambique do que em Angola.

Outro episódio narrado pelo entrevistado fez referência a um trabalho no deserto, que continuou chamando de Moçâmedes<sup>43</sup>, e levaram um auxiliar “que era negro”. Durante as atividades precisaram acampar e foram recebidos por um rapaz africano que estava substituindo o diretor do Parque de Caça. Segundo o entrevistado, o rapaz africano, funcionário

41 Sobre Amílcar Cabral ler mais em: LOPES, Carlos. *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo, Editora UNESP, 2011; PEREIRA, Amílcar Araújo e VITTORIA, Paolo. “A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire”, *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 291-311, julho-dezembro, 2012.

42 *Ibidem*, p.10.

43 Deserto do Namibe ou Moçâmedes, está situado junto à faixa litoral no sul de Angola, é o mais antigo do mundo. Tem um grande potencial turístico por conta da fauna e da flora além das tradições dos diversos povos que vivem na região como os Mucubais e os Vatua. No período colonial era chamado de Moçâmedes. A cidade foi fundada em 1840 permaneceu com esse nome até 1975, quando passou a chamar-se Namibe. Em 27 de Junho de 2016, voltou a chamar-se Moçâmedes. O Jornal de Angola publicou em 04 de agosto de 2016, uma matéria sobre a mudança do nome e entre as justificativas estava o depoimento de um ancião que declarou ao jornal que em tempos anteriores a população era muito unida, o que não se verificava nos dias atuais, apesar do desenvolvimento que a cidade experimentava. A entrevista à Cláudia Castelo foi realizada em 2009, sete anos antes da mudança do nome ou do retorno ao nome dos tempos de colônia. [http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/capital\\_do\\_namibe\\_volta\\_a\\_ser\\_mocamedes](http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/capital_do_namibe_volta_a_ser_mocamedes) - último Acesso em 01 de abril de 2017.

---

---

do parque, disse que o auxiliar negro não poderia entrar, mas que deveria ficar do lado de fora. O engenheiro Luís relatou que ficou aborrecido e fez um protesto afirmando que o rapaz era português. Destacou: “senti que estávamos na África do Sul, e não na África portuguesa... Havia assim umas coisas de vez em quando, mas esse espírito não era extensível ao território...”<sup>44</sup>

O quarto episódio se refere à campanha para manutenção do Ultramar. Segundo o entrevistado foi um “entreguismo” o que aconteceu com o Ultramar português e que levou à morte “muitos negros”. E acrescentou declarando que “Nunca morreram tantos como quando Angola ficou pretensamente livre, e Moçambique pretensamente livre”<sup>45</sup>. A expressão “pretensamente livre”, deixa escapar o sentimento de pertença que ainda nutrem por Angola e, ao mesmo tempo, que a autonomia dos territórios em África, ainda é um lamento para os portugueses<sup>46</sup>.

A ausência do referencial “negro” sugere o grau de relacionamento estabelecido entre a população nativa, que foi chamada de indígena, e o colono. O *outro*, o ausente, só apareceu na entrevista para realçar o caráter benevolente do português que se apresentava como uma espécie de tutor, de aio. O depoimento apresentou o colono, como o chefe, o líder que defendeu o colonizado. O nativo, obscurecido, não teve voz, permaneceu emudecido.

## Rememorando Angola através da juventude

Outro depoimento, colhido por Celso Castro, destacou a migração organizada e incentivada pelo governo com mais intensidade para Angola, após a Segunda Guerra Mundial<sup>47</sup>. Rui Pena Pires, foi para Angola em 1958, aos três anos de idade e lá ficou até 1975. Morou no norte de Angola, pois o pai era analista químico e por conta da profissão e do crescimento vertiginoso da colônia, residiu em diversos lugares, sempre relacionados às atividades de trabalho do pai.

Celso Castro, logo no início da entrevista, pediu que ele falasse da experiência de morar numa sociedade colonial, e sobre o seu envolvimento com a luta de libertação. A resposta de Rui Pena, contrasta com a do engenheiro Luís, no que diz respeito ao convívio na colônia. Logo no início declarou que Angola não era uma sociedade democrática para o colonizado, nem para o colono. Não havia liberdade de expressão e o Estado controlava toda a vida social. Um exemplo desse controle foi a proibição das Associações de Estudantes em Angola.

Havia associações de estudantes em Portugal, havia associações de estudantes em Moçambique, mas não havia em Angola, quer dizer, era proibido, depois das experiências nos outros sítios. E, portanto, a solução para quem queria intervir na vida estudantil era inventar organizações que faziam uma associação partida aos bocadinhos. Portanto, nós não tínhamos associação, mas tínhamos um centro cultural, tínhamos um círculo de cinema, tínhamos missões pedagógicas, e depois tínhamos uma comissão de coordenação de tudo isto, que na prática era associação de estudantes<sup>48</sup>.

---

44 *Ibidem*, p.33.

45 *Ibidem*, p.12. Cláudia Castelo perguntou se ele fora um defensor intransigente do Ultramar, mas ele não respondeu à pergunta, voltando a falar do tempo em que voltou a lecionar.

46 Sobre as lutas pela independência ler mais em: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (orgs.). *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

47 PIRES, R.P.P. [Depoimento 2014]. Lisboa. Portugal. *CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM*. Entrevista concedida a Celso Castro.

48 *Ibidem*, p.3 – A Casa do Estudante do Império (CEI) recebia estudantes das colônias, para que dessem prosseguimento aos estudos superiores na metrópole. Mesmo que a intenção inicial fosse controlar para barrar o sentimento africanidade, na realidade serviu para fomentar a discussão sobre a presença portuguesa em África e aflorar o sentimento de pertencimento ao continente africano. De diversos locais das colônias, os estudantes da CEI, tornaram-se líderes do movimento anticolonialista e pela independência de seus países. Dentre os estudantes podemos citar: Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcia Lara, Fernando Van Dúmem. Pascoal

Portugal procurou manter seus colonos sob vigilância, mas eles, se organizavam em defesa dos seus interesses, mesmo que o ideal ou o modelo partisse de Portugal.

Rui Pena foi, depois que saiu do interior foi para Luanda em 1972 onde estudou por três anos Economia, até partir para Lisboa em 1975. Mesmo Portugal apresentando um sistema que se dizia disponível para todos, a educação era um privilégio. A universidade, declarou, para o “praticamente de brancos. Não havia, praticamente, alunos negros na universidade.” Era o depoente, esse era um motivo de falta de discussões sobre a questão colonial, pois os sistemas discutidos eram os mesmos da luta estudantil em Lisboa, as questões locais não chegavam à universidade.

No depoimento anterior o relacionamento entre colono e colonizador fora apresentado, muito discretamente e quando apareceu o colonizador era aquele que defendia o colonizado. Era o seu tutor. Seu protetor. Rui Pena declarou que no tocante à vida cotidiana, havia uma tolerância com os filhos dos colonos e com a população branca. Era uma espécie de acordo entre os colonos e a polícia. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)<sup>49</sup>, evitava entrar em atritos com os colonos e esses, por sua vez, evitavam assuntos que pudessem colocar os agentes da PIDE em situação delicada, como falar ou discutir sobre questões cotidianas no espaço colonial. Mas, isso não impediu que em 1973 ele e seus amigos universitários ultrapassassem a fronteira realizando um debate sobre o subdesenvolvimento em Angola, com publicação de textos, alguns de autores latino-americanos<sup>50</sup>.

Em 1973, em plena Guerra Colonial, a vida parecia transcorrer normalmente nas cidades, enquanto nos campos a guerra assolava a população branca. Grande parte, assustada com os rumos que o conflito estava tomando, aos poucos começava a sair de Angola. Havia um esforço, segundo Rui Pena, para convencer os brancos para que abandonassem o sistema colonial e que permanecessem em Angola e isso fazia parte das discussões do MPLA. Disse ele:

achamos que depois, depois do 25 de Abril que fazia sentido darmos uma... apoiarmos o MPLA [na...] em dois domínios; por um lado, em tentar convencer a população branca, colonial, que deixasse o establishment, que devia ficar e que não devia sair em massa; e, por outro lado, ajudar o MPLA na formação de quadros, realizando conferências, etc<sup>51</sup>.

Os embates e as disputas dentro do MPLA levaram a uma divisão interna, iniciando um processo de perseguição aos seus militantes. Rui Pena argumentou que, como fazia parte de um grupo com orientação maoísta, não havia mais condições de permanecer em Angola e em 1975, aproveitou a saída em massa dos colonos para deixar Luanda. Ele, não teve dificuldades para sair, declarou, mas o seu amigo, Firmino Vieira Lopes, teve mais dificuldades para fugir por ser negro<sup>52</sup>.

Tanto o engenheiro Luís Crespo, quanto o sociólogo Rui Pena Pires, tiveram como muitos, uma passagem significativa por Angola. Um foi a trabalho e depois levou a família. O

Mocumbi e Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, o Pepetela, entre outros. Para ver mais sobre a CEI, ler CASTELO, Claudia. “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”, *Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial Lisboa*, 26-29 de novembro de 2013.

49 Com a morte de Salazar em 1968 e a ascensão de Marcelo Caetano, a PIDE foi extinta no ano seguinte. Para seu lugar e com as mesmas funções foi criada a Direção Geral de Segurança (DGS). O sistema de controle autoritário só terminou com a Revolução de abril de 1974.

50 Publicaram textos de Celso Furtado, Fernando Henrique, André Frank e Amir Samin. Depois dessas publicações fundaram, em maio de 1974, os Comitês Amílcar Cabral.

51 PIREZ, *op.cit.*, p.5.

52 A questão racial abordada por Rui Pena destacou o contexto de organização do MPLA e dos outros movimentos de libertação que apontavam como maior problema o “ser mulato”, mais até do que o branco. Destacou o MPLA como um partido mais crioulo, mas com a participação de alguns mulatos; a UNITA como um partido que era operada por brancos, mas não tinha mulatos. Eles eram um dos alvos de ódio. Quanto a FNLA, declara que na década de 1970 foi destruído e, portanto, sem ações no pós independência. p.7.

---

---

outro foi, ainda criança e cresceu entre idas e vindas à Lisboa. Rui Pena falou sobre o início da Guerra Colonial e outros momentos na sociedade angolana. Rememorou as diferenças entre os hábitos e sobre o choque cultural ao chegar para o primeiro período do liceu na cidade do Porto, por ocasião de umas férias “graciosas” desfrutadas pelo pai<sup>53</sup>. Observou que, em Luanda, os colonos gozavam de mais liberdade e não havia tantas restrições como na metrópole.

Angola aparece como uma lembrança da infância e da juventude. Rui Pena viu crescer e participou, de alguma forma, dos movimentos políticos, mas declarou que fez a opção por ser português, mesmo mantendo a militância política por Angola. Ao falar da chegada a Portugal, em 1975, usou o termo “regresso” e não imigrante ou exilado. Portanto, a identidade angolana não foi reivindicada nos depoimentos, mas permaneceu como um vínculo entre o ex-colono e a Angola abandonada. No primeiro depoimento, Angola seria uma segunda pátria. No segundo ela é somente o local da infância e da militância. Ela foi deixada para trás.

As identidades portuguesas ou angolanas aparecem bem definidas nos depoimentos selecionados. Ser português, no primeiro depoimento, implicou em exaltação às políticas implementadas pelo Estado e em defender os interesses nacionais em detrimento de uma questão local. Angola, para o engenheiro Luís Crespo, foi um local de trabalho e uma possibilidade de rememoração dos momentos de desenvolvimento de um trabalho referencial na área de pesquisa (Geodésia). Não há referências à atualidade, mas somente a Angola colonial apareceu e o relacionamento entre colonos e colonizados ficou obscurecido.

No segundo depoimento, o ser português fez parte de uma escolha política. Angola foi o local da infância e da juventude, das descobertas políticas, das idas e vindas e hoje é um local presente na memória. Da mesma forma que no depoimento anterior, o destaque ficou por conta de um espaço geográfico colonial, mesmo tendo declarado a sua militância pela autonomia angolana. Tanto o processo de luta pela independência quanto o do pós-independência só aparecem como momentos de desarticulação ou rupturas. Portugal passou a ter sentido a partir da rejeição angolana. Portanto, o embate envolvendo a identidade angolana continua a permear os discursos que exaltam as diferenças e buscam elementos representativos com o passado.

Nos depoimentos apareceram personagens que são historicamente conhecidos: Amílcar Cabral e Agostinho Neto. As referências a esses nomes oferecem uma espécie de autenticação ao depoimento. Os depoentes conviveram com as personalidades e estão contando mais um momento das histórias, cruzando as suas vidas. Talvez um fato desconhecido, uma frustração, uma atitude, podem representar elementos que acrescentam legalidade ao fato narrado.

Relembrou acontecimentos cotidianos, como a defesa de um negro que viajava de Moçambique para a Lisboa e que foi maltratado por um casal de passageiros ou a cena em que observa as irmãs voltando para casa por conta de estarem usando calças compridas no liceu no Porto em contraste com o cotidiano em Luanda. Em Angola era permitido às meninas usarem calças compridas, em Portugal não. Esses fatos, que foram vividos no passado passam a fazer parte dos discursos que estão construindo no presente, muitas vezes para legitimar as ações ou destacar as inquietações expressas nos depoimentos.

As declarações apresentaram lugares que são lembrados para que não fiquem obliterados, ou seja, que desapareçam lentamente, aos poucos de suas memórias. O deserto do Namibe, que volta a ser Moçâmedes, como chamavam no período colonial;

---

53 O pai de Rui Pena era funcionário público trabalhava no Instituto de Ciência Agrônoma de Angola, como professor. De cinco em cinco anos tinham o direito de gozar três ou quatro meses de férias na metrópole. Foi em uma dessas férias que Rui Pena veio à metrópole e estudou em um liceu só de meninos. Em Luanda os liceus eram mistos e as meninas podiam usar calças compridas. Em Luanda entravam e saíam, no Porto haviam muros. Em Luanda era um aluno sem expressão, no Porto era considerado um terrorista. PIRES, *op.cit.*, p.9.

a cidade de Huambo, volta a ser chamada de Nova Lisboa. Além disso, as ruas de Luanda, as fábricas, as pontes, a universidade, o liceu, os comitês políticos e tantos outros que, de alguma forma, foram e são elementos que auxiliam na produção memorialística permitem que o leitor, conhecedor do contexto rememorado, se identifique com os testemunhos, à medida em que apresentam narrativas relacionadas com as experiências vividas<sup>54</sup>.

A seleção do que lembrar acaba funcionando como um instrumento significativo e, como afirmou Fernando Catroga – “Recordo-me, logo existo<sup>55</sup>,” – mesmo manipulada social e politicamente, as lembranças da migração, do êxodo, dos momentos vividos, da guerra colonial, do trabalho, da infância permitem o exercício da reconstrução através da retomada das memórias. Logo, a memória é entendida como a presença do passado envolvida de questões da atualidade e as reconstruções que faz sobre o passado é uma estratégia para “garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, às rupturas que são o destino de toda vida humana”<sup>56</sup>. Ela é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Portanto, refletir sobre as relações entre a memória e a história, permite destacar as peculiaridades entre elas. Enquanto a memória é viva e está em constante evolução, a “história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.”<sup>57</sup> Nesses termos, trazer à memória elementos da vivência em Angola ajuda na construção da narrativa que irão apresentar ao leitor sobre a perspectiva que possuem do passado, especialmente quando relembrem a saída forçada que se contrapõe ao sentimento do estímulo da chegada.

A migração foi a solução encontrada pelo Estado, tanto para resolver o problema do crescimento da população, quanto para assegurar a posse dos territórios do Ultramar. Efetivar o povoamento de Angola significava o aumento das atividades econômicas, que assegurariam a estrutura do Estado, e permitiria ao governo luso o controle social e político necessário naquele momento de pressão internacional. Para o cidadão que atendeu aos apelos do governo, ir à África era uma opção aparentemente acertada, pois partia para um local com a economia em franca expansão e se afastava do sistema opressor do Estado Novo, mesmo que geograficamente distante, mas oficialmente debaixo do mesmo comando.

Por essas e tantas outras questões, na hora da rememoração sobre a saída de Angola, as lembranças evocadas no presente século (XXI) são aquelas que reafirmam o período de prosperidade econômica, controle social e político. A decisão de deixar as colônias foi marcada pela dificuldade de participação na vida pública do novo país que estava nascendo e, a Luanda que buscam em suas lembranças está assentada no período das suas infâncias, da juventude e da prosperidade econômica. Essa, a colonial, não existe mais.

O rememorar Angola, as canções, o cheiro do mato, o barro vermelho, a militância política, a infância e os amigos são elementos que entram em choque com o cotidiano experimentado em Portugal após a saída de África. Recordar a vida em Angola foi uma maneira de dar sentido às ações do presente e acabou por ser mais um elemento na construção da identidade em conflito. Para tanto, a memória funcionou como um vetor imbuído da função de orientar, selecionar e guiar a exposição da trajetória

54 Os exercícios que envolvem lembrar ou silenciar alguns detalhes, contribuem para a observação das memórias que estão sendo construídas sobre o período colonial. Ver mais sobre memória em: POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, volume 5. Nº 10, 1992, p.200-212.

55 CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. In: CATROGA, F. *Os passos do homem como restolho do tempo - memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009, p.120.

56 ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era” In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.95.

57 NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993, p.8.

---

---

do indivíduo que, buscando o passado e organizando-o nos depoimentos, construiu a narrativa na medida em que as circunstâncias do presente possibilitaram o uso ou a recuperação da memória como um pilar de sustentação para as suas identidades<sup>58</sup>.

---

58 HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p.14.